coerência.pt Enhancing Policy Coherence

IMPACTOS DOS BIOCOMBUSTÍVEIS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Assiste-se actualmente a um crescente compromisso dos Estados-membros em relação à Coerência das Políticas para o Desenvolvimento. Este contexto não representa apenas um compromisso político para com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, tem também base legal onde se consagra a erradicação da pobreza e a coerência entre as políticas europeias como principal objectivo das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento.

Mas ainda há um longo caminho a percorrer. As contradições que ainda vigoram na definição das políticas europeias produzem impactos reais que afectam de forma negativa as vivências de milhões de pessoas em todo o mundo. As políticas incoerentes representam um gasto desnecessário e ineficiente de esforços públicos, privados, das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e dos contribuintes.

O Projecto Coerência.pt – O Desafio do Desenvolvimento pretende contribuir para a erradicação da pobreza, promovendo a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento através da sensibilização e monitorização de decisores políticos, funcionários públicos, organizações não governamentais para o desenvolvimento e opinião pública geral. **www.coerencia.pt**

O IMPACTOS DOS BIOCOMBUSTÍVEIS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO [1]

Nunca os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável foram tão importantes como nos dias de hoje. Nos últimos anos, a humanidade tem enfrentado fenómenos naturais extremos cada vez mais frequentes e devastadores. Chuvas, secas, inundações, tufões, tornados e outras incidências acontecem frequentemente a uma escala glocal. A comunidade científica internacional estabelece uma relação directa entre estes fenómenos e as alterações climáticas provocadas pelo uso abusivo dos recursos naturais utilizados até à exaustão como fontes de energia. O desafio energético e ambiental com que nos deparamos é particularmente difícil para a UE, uma vez que se estima que a procura energética aumente para o dobro até 2030 e que a procura de petróleo cresça 40% durante o mesmo período.

Para responder à dependência energética em relação aos combustíveis fósseis, e ajudar a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, sobretudo no sector dos transportes, os biocombustíveis têm sido apontados como uma solução verde para responder ao problema das alterações climáticas. No entanto, os impactos ambientais e alimentares associados ao seu aproveitamento e produção são controversos, tornando a sua utilização num assunto fortemente debatido.

Sendo uma das maiores economias mundiais, e apostada em conseguir criar uma economia hiporcarbónica até 2050, a União Europeia (UE) desempenha um papel fundamental na promoção do uso de energias alternativas aos combustíveis fósseis, adoptando medidas de racionalidade nas suas políticas energéticas e novas medidas para garantir uma utilização mais eficiente dos recursos naturais. No entanto, é fulcral que a UE ao desenvolver estas políticas não colida com os interesses dos países em desenvolvimento. Os *green benefits* para os cidadãos europeus, que advêm da produção em grande escala de biocombustíveis, não devem ser obtidos em prejuízo da segurança alimentar, biodiversidade e dos modos de vida dos países em desenvolvimento [PED].

[1] Estudo apresentado pela Fundação Evert Vermeer na Primavera de 2009, traduzido e adaptado ao contexto português pelo IMVF. Se pretender imprimir este documento faço-o em papel reciclado ou certificado.

Não ter em conta os impactos ambientais e humanos da produção dos biocombustíveis para os PED coloca em perigo os esforços que a própria UE leva a cabo para erradicar a pobreza através da promoção da participação económica dos mais pobres.

Corrida aos Biocombustíveis

Os biocombustíveis foram saudados por alguns como a solução para o amplo problema das alterações climáticas e da pobreza, enquanto outros temem a fome em massa e os desastres ecológicos.

O "Biopacto" defendido por muitos ambientalistas e por muitos países da África Subsaariana, assentava na simples ideia de que estes países poderiam produzir biocombustíveis sem afectar a sua capacidade de produção de alimentos. Desse modo, os países em desenvolvimento, após garantirem as suas necessidades básicas, exportariam biocombustíveis para a Europa e Estados Unidos, e investiriam os ganhos nas suas economias rurais locais. Para o sucesso deste Biopacto era necessário preencher uma série de pré-requisitos, como o fim dos subsídios agrícolas e as barreiras comerciais, garantir a transferência de tecnologia e a sustentabilidade social e ambiental no Sul. Mas depressa começou uma nova corrida ao ouro, tendo a UE e os EUA impulsionado, através de altos subsídios, tarifas e barreiras alfandegárias, os seus próprios sectores de biocombustíveis, deitando por terra o sonho do Biopacto.

Também para as Nações Unidas, os Biocombustíveis, como o etanol, podem ajudar bastante a reduzir o aquecimento global e criar empregos para os pobres das regiões rurais, mas os seus benefícios podem ser eliminados por problemas ambientais graves, como a danificação de solos e uma elevação no preço dos alimentos para as populações mais carenciadas.

Actualmente, são muitas as vozes que entraram no debate e que apontam para as muitas desvantagens da produção e utilização dos biocombustíveis.

O que são Biocombustíveis? Os biocombustíveis – também chamados de agrocombustíveis – são oriundos da transformação da biomassa, isto é, das matérias orgânicas.

Primeira geração :: Os biocombustíveis conhecidos como de 1ª geração são fabricados a partir de matérias vegetais produzidas pela agricultura (beterraba, trigo, milho, colza, girassol, cana-de-açúcar) e entram em concorrência com culturas alimentícias.

Segunda geração :: Os biocombustíveis de segunda geração serão produzidos a partir da celulose e de outras fibras vegetais presentes na madeira ou nas partes não comestíveis dos vegetais. As micro algas ou a exploração biológica dos resíduos constituem outras pistas de investigação.

Os Biocombustíveis na Estratégia Europeia

A política energética esteve no cerne da construção europeia, não só através da declaração de Messina, mas também através da criação da Comunidade do Carvão e do Aço em 1952 e do Tratado Euratom. Passados 50 anos, a energia volta a estar no topo da Agenda e assume-se como um pilar na Estratégia de Desenvolvimento Económico e Social da UE. A Directiva Energias Renováveis de 2009 reafirma os compromissos da comunidade para com o desenvolvimento à escala comunitária da energia proveniente de fontes renováveis para além de 2010, fixando como objectivos uma quota de 20% de energia proveniente de fontes renováveis no consumo energético comunitário global até 2020 e um objectivo mínimo de 10% a alcançar em todos os Estados-Membros para a quota dos biocombustíveis no consumo da gasolina e do gasóleo pelos transportes até 2020.

As energias renováveis incluem a biomassa sólida, a energia eólica, solar e hidroeléctrica, bem como os biocombustíveis.

Os biocombustíveis são a principal forma de energia renovável utilizada nos transportes, mas assumindo o seu papel de combustível de substituição, o seu contributo será sempre marginal, uma vez que a sua sustentabilidade económica é artificial dependendo de subsídios directos ou indirectos.

Os esforços da UE para solucionar o problema das alterações climáticas, sem por isso descurar as necessidades energéticas da Europa, assentam em 3 grandes objectivos para 2020: reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20 %, aumentar para 20 % a quota das energias renováveis e diminuir o consumo de energia em 20 %.

Perante o novo roteiro " Transportes 2050" e a aposta clara em limitar a dependência da Europa em relação às importações do petróleo e reduzir em 60% as emissões de carbono dos transportes até 2050, a pressão sobre os biocombustíveis decerto aumentará. Também o

aumento dos preços do petróleo e as crescentes preocupações sobre segurança energética e do receio face às alterações climáticas colocaram os biocombustíveis no centro do cenário global cada vez mais atractivo. Cada vez mais, as produções de cana-de-açúcar, milho e trigo são convertidas em etanol e as produções de colza e óleo de palma em biocombustíveis.

Num contexto de crise económica e social é necessário equilibrar balanças. Se por um lado, os biocombustíveis representam uma forma mais limpa e barata de suprir as necessidades energéticas do mundo por outro, as fortes repercussões ambientais e alimentares põem em causa a estratégia energética da UE. De acordo com um estudo recente do IEEP, a actual política europeia de biocombustíveis vai afectar até 6,9 milhões de hectares, pastagens e turfeiras para a produção agro-alimentar. Assiste-se, igualmente, a uma conversão de terras agrícolas e florestais, sobretudo nos países em desenvolvimento, para cultivar agrocombustíveis. Em matéria ambiental, de realçar que o estudo do IEEP aponta que cerca de 73 milhões de toneladas de gases com efeito de estufa poderão ser lançados para a atmosfera devido à alteração (indirecta) do uso do solo dos biocombustíveis, o que poderá representar um cenário de destruição de ecossistemas naturais em prol do abastecimento de automóveis, e inverter toda a lógica de benefício adjacente à utilização de biocombustíveis.

Em Portugal, o Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER) apresentado pelo Governo Português à Comissão Europeia em 30 de Junho de 2010, no âmbito da Directiva 2009/28/CE, de 23 de Abril de 2009 (Directiva RED), relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, define várias medidas para a área dos transportes, nomeadamente a incorporação de biocombustíveis no gasóleo e gasolina rodoviários até 2020.

De acordo com a Quercus, no caso de Portugal, ao recorrer à quantidade de biocombustíveis estimada pelo nosso Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis e transpondo os resultados do modelo europeu para o nosso país, seríamos responsáveis por alterações indirectas de uso do solo que afectariam até 150 mil hectares de ecossistemas naturais, com emissões anuais correspondentes de 1,6 milhões de toneladas de GEE, equivalentes a um volume anual de tráfego nas estradas portuguesas de 550 mil veículos.

O Impacto dos Biocombustíveis nas políticas de segurança alimentar

O impacto dos biocombustíveis em matéria de segurança alimentar tem gerado uma forte controvérsia nos últimos anos. Para cumprir as metas da União Europeia para as energias renováveis nos transportes, os produtores de biocombustíveis de primeira geração têm carta-branca para continuar a converter terras agrícolas e florestais, sobretudo em países em desenvolvimento, para cultivo de agrocombustíveis e assim abastecer os nossos automóveis em vez de produzir alimentos para combater a fome nesses países. Ao pôr em risco a vida e sobrevivência de milhares de pessoas, ameaçando a frágil segurança alimentar de alguns países em desenvolvimento, sobretudo em África, a política energética revela-se incoerente com a política de desenvolvimento dos 27.

A Directiva Europeia de Energias Renováveis, artigo 23, requer que a Comissão acompanhe e monitorize os impactos da política de biocombustíveis, incluindo o impacto sobre a disponibilidade de alimentos a preços acessíveis, em particular para as populações dos países em desenvolvimento. A directiva exige que a Comissão elabore um relatório sobre a questão de dois em dois anos, começando em 2012.

Para atingir a meta de 10% da UE para a utilização das energias renováveis nos transportes até 2020, os biocombustíveis têm de cumprir as rigorosas restrições sobre as mudanças no uso da terra para os biocombustíveis estabelecidas na legislação da UE. Não se podem verificar processos de desflorestação ou alterações ao uso da terra, que danifiquem o solo. A questão das mudanças indirectas no uso da terra será avaliada num próximo relatório, que pode ser acompanhado de uma proposta legislativa.

Numa comunicação recente, a Comissão reiterou que a UE e seus Estados-Membros devem apoiar o desenvolvimento de princípios acordados internacionalmente para investimentos responsáveis em terrenos agrícolas, com base existente nas Orientações para o Desenvolvimento Rural. A Comissão solicitou igualmente à UE e aos seus Estados-Membros o lançamento de uma iniciativa conjunta com a União Africana para acelerar a implementação das Orientações para o Desenvolvimento Rural em África.

Com a aprovação do roteiro Transportes 2050, a UE assume que a melhoria da produtividade agrícola será muito importante para garantir que os aumentos na produção de bionergia se possam processar sem repercussões negativas noutras utilizações finais da silvicultura ou da agricultura, incluindo a produção de alimentos.

Não obstante as boas intenções legislativas por ocasião da IV Cimeira Brasil-UE, em Junho de 2010 foi assinado um acordo entre as partes para colaborarem em projectos de produção de biocombustíveis em Moçambique.

"Usar milhares de hectares de terra agrícola para plantações de Jatropha e cana-de-açúcar em Moçambique, um país que sofre de fome permanente, para cultivos destinados a abastecer carros europeus é imoral e perverso", afirmou Adrian Bebb da ONG "Friends of the Earth International". Segundo a representante da ONG no país africano, Anabela Lemos, a ampliação de plantações para o fabrico de biocombustíveis em Moçambique "está a ocupar terras férteis utilizadas pelas comunidades locais para plantar alimentos, além de criar condições de trabalho precárias para os trabalhadores locais e gerar conflitos por posse de terra".

Empresas estrangeiras de biocombustíveis já teriam solicitado o direito de utilizar cerca de 4,8 milhões de hectares de terras moçambicanas, quase 15% de toda área cultivável no país, de acordo com Lemos.

Este acordo que é considerado pelas partes como o primeiro passo para uma cooperação triangular mais ampla entre o Brasil, a União Europeia e países africanos, cujo foco principal deverá ser o desenvolvimento de energias renováveis na África é manifestamente incoerente com a Política de Desenvolvimento da UE.

Supostos benefícios identificados: As indústrias brasileiras que decidirem investir em África beneficiariam de um acesso facilitado ao mercado europeu, já que Moçambique pode exportar açúcar e etanol à União Europeia sem as tarifas de importação impostas ao Brasil, um privilégio concedido às ex-colónias europeias. A União Europeia, por sua vez, garantiria a compra do combustível por preços competitivos para cumprir seu objectivo de que 10% de toda a energia consumida pelo seu sector de transportes seja proveniente de fontes renovável até 2020.

Política de Desenvolvimento

O objectivo central da política de desenvolvimento europeia é a redução da pobreza, tal como previsto pelo primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio: reduzir para metade a pobreza extrema e a fome no mundo até 2015. Existem 925 milhões de pessoas subnutridas no mundo, uma em cada seis, 98% das quais vivem em países em desenvolvimento. De uma forma geral, estas pessoas gastam entre 50 a 80% do seu rendimento em comida. A subida de preços dos alimentos causada pela corrida repentina aos biocombustíveis representa uma profunda tragédia para os pobres nos centros urbanos e/ou meios rurais. A competição entre comida e energia inflacionará os preços dos alimentos básicos entre 20 e 50% nos próximos dez anos, de acordo com as estimativas da FAO e da OCDE. Isto significaria que o número de pessoas com insegurança alimentar no mundo quase que duplicaria até 2015, em vez de ser reduzido para metade como formulado no primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

O Desenvolvimento Sustentável e uma crescente preocupação pelo meio ambiente são igualmente objectivos claros das políticas europeias. Um aumento desregulado da produção de biocombustíveis arrisca-se a sacrificar a biodiversidade. Se as florestas tropicais são abatidas para o seu espaço ser utilizado para a produção de culturas energéticas, os biocombustíveis contribuirão, inclusivamente, para o aumento da emissão líquida de gases com efeitos de estufa. Ao mesmo tempo, e tal como a Comissão Europeia declara, os biocombustíveis oferecem a oportunidade aos países em desenvolvimento de tirar partido das suas vantagens climáticas e que podem fazer disparar o investimento na produtividade agrícola dos PED. Contudo, as oportunidades do uso local de biocombustíveis e as possíveis consequências e impactos sociais, alimentares e ambientais negativos associados à conversão dos alimentos em combustível, devem ser monitorizados cuidadosamente.

Desigualdade de género no sector agrícola é uma das causas da fome no mundo

"Se as mulheres tivessem acesso à terra, ao gado, ao trabalho, educação, ao crédito, fertilizantes e equipamento técnicos, "os seus rendimentos seriam iguais aos dos homens, elas produziriam mais e a produção agrícola, como um todo, aumentaria" FAO

O rápido aumento da produção de biocombustíveis líquidos em grande escala nos países em desenvolvimento pode agravar a marginalização das mulheres nas áreas rurais e ameaçar os seus meios de subsistência. Esta foi a conclusão do relatório divulgado pela FAO, "Questões de Género e Igualdade na produção de biocombustíveis líquidos. Minimizar os riscos e maximizar as Oportunidades".

De acordo com este relatório, a menos que os Países em Desenvolvimento adoptem políticas para fortalecer a participação dos pequenos agricultores, especialmente as mulheres, na produção de biocombustíveis as desigualdades podem aumentar. Agravando ainda mais a vulnerabilidade das mulheres à fome e à pobreza. As plantações de larga escala de biocombustíveis requerem o uso intensivo de recursos que, aos quais tradicionalmente os pequenos agricultores têm acesso limitado e que prejudicam sobretudo as mulheres, limitadas pelas políticas discriminatórias de propriedade de terra. As mulheres nos PED cultivam em terras marginais, temendo-se que com a procura global dos biocombustíveis líquidos associada a uma elevada necessidade de terras possa gerar a desapropriação dos chamados terrenos marginais, o que implicaria um deslocamento parcial ou total das actividades agrícolas das mulheres para terras ainda mais marginais e como tal, diminuiria a sua capacidade de obter alimentos. Esta desigualdade é também notória no acesso ao emprego. Em geral, as mulheres que trabalham nas plantações tendem a ser desfavorecidas em relação aos homens, em termos de benefícios, segurança e saúde no trabalho.

Um número significativo de trabalhadores agrícolas nos PED é contratado em regime temporário e sazonal, o que limita quaisquer benefícios sociais e assistência médica. Os grandes proprietários tendem a empregar mulheres, uma vez que lhes pagam menos do que aos seus compatriotas homens e tendem a ser mais exploradas.

Uma política de biocombustíveis justa deve ser consistente, e se possível contribuir para promover a igualdade de género e capacitar as mulheres. Para atingir este objectivo, devem ser tomadas medidas que assegurem que as mulheres e mulheres chefes de família têm a mesma oportunidade de que os homens e homens chefe de família de participar e beneficiar da produção de biocombustíveis líquidos.

FOTO: IMVF/COAJOQ-GUINÉ-BISSAU

Trabalho Escravo…ou em condições degradantes

"Passados mais de 100 anos do anúncio da Lei Áurea, a escravidão continua sendo uma das maiores expressões de degradação humana e social que assolam o Brasil. Expressa de diversas formas e intensidades, a escravidão em tempos recentes caracteriza-se pelo cerceamento da liberdade, pela degradação das condições de vida, pela vinculação financeira, pelo autoritarismo nas relações sociais e, fundamentalmente, pelo desrespeito e violação aos direitos humanos. " in Plano para a Erradicação do Trabalho Escravo

As denúncias de que em algumas propriedades rurais brasileiras estão a recorrer a trabalho escravo não são recentes. Estas denúncias ocorrem sobretudo nas fazendas de produtores de cana-de-açúcar e de soja, dois dos principais ingredientes dos biocombustíveis de primeira geração.

O trabalho análogo ao escravo no Brasil foi reconhecido em 1995. Desde então, as autoridades brasileiras têm adoptado uma série de leis e planos de combate a esta prática. No entanto, apesar de as leis de trabalho no Brasil serem bastante amplas e protegem os trabalhadores contra as relações de trabalho consideradas degradantes ou o chamado trabalho forçado, elas não são cumpridas à risca por proprietários rurais que exploram o trabalho escravo. Segundo levantamentos do Observatório Social, nos últimos quinze anos foram libertadas mais de 38 mil pessoas em diferentes regiões do Brasil. Estima-se que mais de 25 mil entram no ciclo do trabalho escravo anualmente.

Para muitas ONG, o agravamento deste fenómeno está directamente ligado com a produção em massa de biocombustíveis. Para demonstrar o empenho do país na luta pelos direitos sociais dos trabalhadores, o ex-Presidente Lula da Silva, aquando da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (2007), afirmou que "A criação de um mercado para os biocombustíveis deve ser feita de modo responsável e sustentável. Por isso, estamos desenvolvendo o Programa Brasileiro de Certificação Técnica, Ambiental e Social dos Biocombustíveis, que permitirá mostrar que toda a cadeia de produção dos biocombustíveis no País respeita critérios ambientais, sociais e trabalhistas, consagrados nas normas internacionais e na legislação brasileira e também exigidos pela sociedade. Nas questões de trabalho a certificação dos biocombustíveis exigirão: não utilização de trabalho escravo; não utilização de trabalho infantil; nenhum desmatação; que o trabalhador tenha seus direitos respeitados; e que o trabalhador tenha condições adequadas de trabalho."

Entre as principais queixas, as fazendas costumam ser acusadas de explorar os seus trabalhadores com horários excessivos, baixos salários e péssimas condições de segurança, higiene e alojamento.

Em muitos casos, os trabalhadores contraem dívidas abusivas com os empregadores pelo transporte desde as suas cidades de origem até às fazendas e pelo aluguer do alojamento, cuja quantia pode superar inclusive o salário que recebem, alimentando um ciclo de miséria e degradação humana.

Lista Suja :: Lista divulgada pelo Ministério do Trabalho brasileiro, dividida por Estados onde se localizam as empresas, nome do empregador, nome da empresa e quantidade de trabalhadores em situação análogas à escravidão, em condições precárias de higiene, sem alimentação adequada, sem pagamento e com documentos retidos.

Em 2010, a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para as Formas Contemporâneas de Escravidão Gulnara Shahinian esteve no Brasil apresentando relatório sobre o estado do país no combate ao trabalho escravo. Segundo o relatório, os Estados em que foram encontrados a maior quantidade de pessoas em situação de escravidão estão na Amazónia: Pará (48%), Mato Grosso (15%), Maranhão (8%) e Tocantins (7%).

Os trabalhadores são aliciados principalmente nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, sendo que as actividades que mais recorrem ao trabalho escravo são: pecuária (38%), agricultura de larga escala, como na produção de cana-de-açúcar (25%), desmatação (14%) e carvoarias (3%).

"A situação de trabalho escravo afecta pessoas do sexo masculino, entre 15 e 40 anos, de família de baixa renda, e a grande maioria dos trabalhadores em trabalho escravo estão em servidão por dívida", explica o relatório.

A manutenção de condições precárias de trabalho, muitas delas análogas aos modelos de escravidão, impedem que as populações rurais possam beneficiar da renda agrícola. Também o desmantelamento da agricultura familiar contribui fortemente para o desequilíbrio social que as monoculturas, em especial a da soja, provocam, porque os trabalhadores sem terra e sem trabalho são aliciados para trabalhar em regime de escravidão nas grandes propriedades.

Entre os desafios para a erradicação do trabalho forçado no País, a Relatora Especial menciona, em relação ao Poder Judiciário, a necessidade do efectivo cumprimento de sanções penais aplicadas aos culpados pelo uso de trabalho forçado; a ampliação da disponibilidade orçamentária para o combate a esse crime.

A erradicação do trabalho escravo não é apenas um desafio civilizacional e uma resposta imediata ao respeito pelos direitos Humanos fundamentais.

Para o sociólogo norte – americano Kevin Bales, "a libertação e a emancipação das vítimas actualmente submetidas a esse tipo de crime poderá ter como reflexo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todas as riquezas geradas por um país. O impulso gerado pela libertação de trabalhadores em condições análogas à escravidão seria particularmente importante, para dinamizar economias locais, que se beneficiariam com a activação de um mercado consumidor são e permanente, formado por ex-vítimas da escravidão que conseguiram superar o jugo da vulnerabilidade."

Embora milhares de trabalhadores tenham sido libertados, o número de denúncias ter aumentado existe ainda um longo caminho a percorrer. Para dar resposta a um dos principais flagelos da actualidade é necessário dinamizar o trabalho entre Estado, ONG e o empenho da sociedade civil.

De acordo com estimativa da organização não-governamental (ONG) **Free The Slaves,** o número total de pessoas submetidas à escravidão contemporânea no mundo chega a 27 milhões.

Foto: Revoada.com

Incoerência

O Tratado de Lisboa define claramente a redução e erradicação da pobreza como o objectivo central da política de cooperação para o desenvolvimento da UE. Este objectivo tem de ser respeitado sempre que a UE põe em prática políticas susceptíveis de afectarem os Países em Desenvolvimento.

Uma política energética assente na sustentabilidade ambiental, competitividade, segurança no abastecimento e que aposta claramente nas energias renováveis, entre as quais os biocombustíveis tem de incorporar preocupações fortes em relação à segurança alimentar das populações.

Apesar das orientações comunitárias de que a produção de biocombustíveis deve basear-se em critérios de sustentabilidade, e do pressuposto de que os biocombustíveis podem incentivar um aumento na produtividade agrícola de países terceiros, aumentar a mão-de-obra e potenciar as estratégias de redução de pobreza, diferentes estudos mostram que num aumento da produção de biocombustíveis resultará inequivocamente na substituição da produção de comida, o que poderá conduzir a um aumento dos preços globais dos alimentos, aumentando o potencial choque para os produtores e consumidores dos países em desenvolvimento. Actualmente, 120 milhões de toneladas de cereais de consumo humano têm sido desviadas para a produção de combustível e de acordo com a ActionAid "se todas as metas globais de biocombustíveis forem alcançadas é previsto que os preços dos alimentos aumentem em 76% e que 600 milhões de pessoas possam ficar famintas". Os esforços colectivos de erradicação da pobreza correm o risco de ser ameaçados pela corrida global imprudente aos biocombustíveis, cuja produção é amplamente subsidiada. A equação que envolve a produção de combustível vegetal, investimento em *commodities* e catástrofes naturais e que define o preço dos alimentos no Mundo tem um impacto na frágil segurança alimentar de alguns países em desenvolvimento, sobretudo em África.

A nível ambiental, as preocupações que advêm da utilização massiva dos usos de biocombustíveis são também evidentes. A recente estratégia europeia para avaliação do impacto dos biocombustíveis é muito optimista ao dizer que o objectivo dos 10% dos biocombustíveis não deverá incentivar a destruição de terrenos ricos em biodiversidade, de zonas designadas para fins de protecção da natureza ou para a protecção de espécies ou ecossistemas raros. Segundo a Agência Europeia para o Ambiente, "o solo arável necessário para a UE conseguir cumprir a meta dos 10% excede a área disponível". A consequência da intensificação da produção de biocombustíveis é o aumento das pressões no solo, água e

biodiversidade. Perante estes cenários, existem sérios receios de que por falta de monitorização em determinados países terceiros a produção de biocombustíveis não respeite os requisitos ambientais e sociais mínimos.
A produção de biocombustíveis só faz sentido nos sítios em que existam as condições bioclimáticas, disponibilidade de terra e as eficiências de processo que não conflituem com a produção de produtos agrícolas de vocação alimentar e com a perda de biodiversidade.

Para sustentar a sua estratégia energética, a UE tem de apostar fortemente na investigação, produção e disponibilização de biocombustíveis de segunda geração [que não entrará no mercado antes de 2015-2020], que poderão representar uma alternativa ambientalmente viável para o desenvolvimento económico dos países pobres.

Conclusão

No sentido de ter consciência dos benefícios para os países em desenvolvimento, a União Europeia deve encontrar um equilíbrio entre as suas políticas. A UE deve abolir os seus impostos e subsídios sobre os biocombustíveis de modo a que os países em desenvolvimento beneficiem das novas oportunidades de exportação. Por outro lado, deveria garantir métodos de produção sustentáveis e socialmente responsáveis nesses mesmos países. A aposta nos biocombustíveis de segunda geração deve ser fortemente incentivada, uma vez que poderá permitir desenvolver o sector agrícola nos países em desenvolvimento e torná-lo mais produtivo e melhor integrado nos mercados mundiais. Para o sucesso desta estratégia é fundamental que os países em desenvolvimento sejam de imediato envolvidos no processo, para que sejam evitados os erros feitos no desenvolvimento dos biocombustíveis de primeira geração. Os padrões internacionais de sustentabilidade para a produção de biomassa devem ser reforçados tal como a certificação dos combustíveis de modo a assegurar o respeito dos padrões sociais e ambientais. É essencial abordar os desafios e as oportunidades resultantes dos biocombustíveis na perspectiva mundial de segurança alimentar, da energia e das necessidades do desenvolvimento sustentável. A utilização sustentável de bionergia requer um equilíbrio entre múltiplos factores, que tem de ser alcançado a nível local, nacional e internacional. A eficiência energética tem de ser vista como uma necessidade inerente ao Desenvolvimento e Crescimento Sustentável.

Recomendações

:: A União Europeia deve assegurar que a sua política energética não irá prejudicar a segurança alimentar dos pobres nos países em desenvolvimento, cuja sobrevivência diária está ameaçada pelo aumento dos preços dos alimentos e rever a sua meta de utilização de biocombustíveis.

:: A União Europeia deveria abolir os subsídios domésticos e tarifas de importação para os biocombustíveis, de forma a permitir que os países em desenvolvimento possam lucrar com as oportunidades de comércio de biocombustíveis. . Os subsídios aos combustíveis são tendencialmente regressivos e dispendiosos;

:: A União Europeia deverá elaborar critérios de sustentabilidade compreensíveis para os biocombustíveis, incluindo padrões mais ambiciosos de redução de gases do efeito estufa e maior protecção da biodiversidade e dos ecossistemas ricos em carbono;

:: A Comissão Europeia deve assegurar o cumprimento de critérios sociais, de forma a garantir que as populações rurais não sejam prejudicadas pela expansão da produção agrícola;

:: A União Europeia deve incentivar o processamento local do uso de biocombustíveis sustentáveis nos países em desenvolvimento. Cooperativas de pequenos agricultores devem ser estimuladas para evitar que os benefícios da produção de biocombustíveis sejam apropriados pelos grandes produtores.

:: A fim de garantir que a produção de biocombustíveis contribui para a redução da pobreza e da fome, as políticas adoptadas nos países em desenvolvimento, devem reforçar a participação dos pequenos agricultores na produção de biocombustíveis, aumentando o seu acesso à terra, ao capital e à tecnologia

:: A UE tem de apostar fortemente na investigação, produção e disponibilização de biocombustíveis de segunda geração, que poderão representar uma alternativa ambientalmente viável para o desenvolvimento económico dos países pobres.

:: Uma política de biocombustíveis justa deve ser consistente, e se possível contribuir para promover a igualdade de género e capacitar as mulheres. Para atingir este objectivo, devem ser tomadas medidas que assegurem que as mulheres e mulheres chefes de família têm a mesma oportunidade de que os homens e homens chefe de família de participar e beneficiar da produção de biocombustíveis líquidos.

:: a sustentabilidade social e ambiental da produção de biocombustíveis deve ser prosseguido através de uma abordagem integrada e coerente com as políticas de desenvolvimento.

Blibiografia

http://ec.europa.eu/energy/renewables/reports/doc/com_2011_0031_en.pdf

COMMISSION STAFF WORKING DOCUMENT:: Recent progress in developing renewable energy sources and technical evaluation of the use of biofuels and other renewable fuels in transport in accordance with Article 3 of Directive 2001/77/EC and Article 4(2) of Directive 2003/30/EC
http://ec.europa.eu/energy/renewables/reports/doc/sec_2011_0130.pdf

Commission's Communication *Tackling the challenge of rising food prices,* adopted on 20 May 2008, COM(2008) 321 final and The Commission Staff Working Document "Monitoring prices developments" (SEC(2008)2970) accompanying Communication on *Food prices in Europe,* adopted on 9 December 2008, COM(2008) 821 http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/COMM_PDF_COM_2008_0321_F_EN_COMMUNICATION.pdf

Directive 2009/28/EC of the European Parliament and of the Council of 23 April 2009 on the promotion of the use of energy from renewable sources and amending and subsequently repealing Directives 2001/77/EC and 2003/30/EC (Text with EEA relevance) :: Directiva 2009/28/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Abril de 2009 relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis
http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32009L0028:EN:NOT

Communication from the Commission to the Council and the European Parliament - The Renewable Energy Progress Report - Commission Report in accordance with Article 3 of Directive 2001/77/EC, Article 4(2) of Directive 2003/30/EC and on the implementation of the EU Biomass Action Plan, COM(2005)628 {SEC(2009) 503 final} :: COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU Relatório sobre os Progressos em Energias Renováveis: Relatório da Comissão em conformidade com o artigo 3.° da Directiva 2001/77/CE e o n.° 2 do artigo 4.° da Directiva 2003/30/CE e relativo à implementação do Plano de Acção «Biomassa» da EU COM(2005)628
http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0192:FIN:PT:PDF
Communication from the Commission - an EU Strategy for Biofuels {SEC(2006) 142} COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO Estratégia da União Europeia no domínio dos biocombustíveis {SEC(2006) 142}v
http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0034:FIN:PT:PDF

Livro Branco "A política Europeia de transportes no horizonte 2010
http://eurlex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2001&nu_doc=370
Comunicação da Comissão de 10 de Janeiro de 2007, intitulada "Roteiro das Energias Renováveis – Energias Renováveis no Século XXI: construir um futuro mais sustentável"

Renewables make the difference
http://ec.europa.eu/energy/publications/doc/2011_renewable_difference_en.pdf

Biofuels and Grain Prices: Impacts and Policy Responses, International Food Policy Research Institute, Washington, 2008 http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/rosegrant20080507.pdf

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO):: http://www.fao.org/ ::
http://www.fao.org/righttofood/publi08/Right_to_Food_and_Biofuels.pdf

Gender and Equity Issues in liquid Biofuels production. Minimizing the Risks to maximize the Oportunities (FAO):: http://www.fao.org/docrep/010/ai503e/ai503e00.HTM

ORGANIZAÇÃO PROMOTORA

IMVF

Rua de São Nicolau, 105, 1100-548 Lisboa
Tel.: +351 21 325 6300 | Fax: +351 21 3471904
info@imvf.org | www.imvf.org

PARCEIROS

Evert Vermeer Foundation
www.eucoherence.org ou www.evertvermeer.nl

glopolis
www.glopolis.org

www.ptpest.ee

www.platongs.org.cv

CO-FINANCIAMENTO

"Enhancing policy coherence: making development work better"
DCI-NSA-ED/2008/154-226

APOIO

IPAD

Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do IMVF e não pode, em caso algum, ser considerada como expressão das posições da União Europeia.